



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

ANÁLISE DOS FATORES ENVOLVIDOS NA EVASÃO ESCOLAR DOS CURSOS TÉCNICOS DO IF SUDESTE MG DO CAMPUS SANTOS DUMONT

Claudio Henriques da Matta

*IF Sudeste MG do Campus Santos Dumont
claudiohmatta@gmail.com*

Irany Gomes Barros

*Universidade Federal do Rio de Janeiro
Irany2012@yahoo.com.br*

Edna Gomes Silva de Menezes

*Instituto Nacional de Educação de Surdos
ednagsm2014@gmail.com*

Simone Ferreira Conforto

*Instituto Nacional de Educação de Surdos
sissaconforti@gmail.com*

Rosania Richa Virginio

*Colégio Pedro II
rosaniarv@hotmail.com*

Resumo

O presente trabalho objetivou analisar os fatores envolvidos nos índices da evasão escolar dos cursos técnicos do IF Sudeste MG campus Santos Dumont, Minas Gerais. Foi um estudo de caso descritivo e abordagem mista, realizado entre 2010 e 2013, com 196 alunos. A coleta de dados foi realizada através de questionário estruturado acerca de dados pessoais e familiares dos alunos, das suas opiniões sobre seus cursos, sobre a instituição e sobre as razões que os levaram a pensar em desistir do curso (caso tenham pensado). Pretendeu-se, assim, ao longo deste estudo, identificar o perfil e o nível socioeconômico dos estudantes, a opinião destes sobre seu curso, e suas expectativas profissionais para o futuro, bem como a opinião dos mesmos acerca da estrutura, do corpo docente e da administração do Instituto, para que, com tais dados, fosse possível avaliar as causas da evasão escolar. Verificou-se que a condição socioeconômica não é um fator influenciador da alta taxa de evasão, ao contrário da inadequação entre a escolha do curso e as expectativas profissionais dos alunos, que é determinante na desistência do curso. Também se verificou que os principais fatores influenciadores da alta taxa de evasão é a insatisfação dos alunos com a estrutura e com a administração do Instituto. A importância do presente estudo é justamente orientar a gestão para que haja melhor instrução dos candidatos quanto à escolha de seu curso e acompanhamento dos alunos durante todo o período escolar para obtenção do sucesso profissional; procurando solucionar os problemas apontados e promover a conclusão dos cursos pelo maior número possível de alunos.

Palavras-Chave: Educação; Ensino Técnico; Evasão; Políticas Públicas.



1 Introdução

Esta pesquisa pretende como eixo central, delinear a evasão escolar no ensino técnico, através de estudo de caso no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste e Minas Gerais, Campus Santos Dumont.

Utilizar-se-á uma abordagem referenciada na corrente filosófica do materialismo histórico, pois, segundo Gil (2007, p. 40), “o materialismo histórico, a produção e intercâmbio de seus produtos constituem a base de toda ordem social”.

Para esse pesquisador, “as causas últimas de todas as modificações sociais e das subversões políticas devem ser procuradas não na cabeça dos homens, mas na transformação dos modos de produção e de seus intercâmbios”.

Esse tipo de investigação pode ser realizada a partir de muitas abordagens, tais como: sociológica, pedagógica e psicológica, entre outras. O presente trabalho fará uma investigação considerando a perspectiva sociológica e pedagógica desse problema.

O ensino profissionalizante visa qualificar aqueles alunos cuja situação socioeconômica não permite que prossigam seus estudos em universidades. Portanto, o ensino profissionalizante é o ensino médio que tem por finalidade a preparação do indivíduo para o mercado de trabalho.

A despeito das vantagens oferecidas por essa modalidade de formação educacional, observou-se um alto índice de evasão escolar nos cursos técnicos ministrados pelo Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG), no campus da cidade de Santos Dumont. Desse modo, o presente trabalho visa investigar as causas desse fato: o que motiva o aluno do ensino técnico profissionalizante a abandonar a sala de aula, seus sonhos, metas, etc.

Em 2011, por exemplo, foi anunciada pela presidente Dilma Rousseff a criação de mais 208 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) - 88 com término de construção previsto para o segundo semestre de 2012, e as unidades restantes com a promessa de serem inauguradas até o final de seu mandato, em 2014.

Com a adição de novas unidades às 354 já existentes, o sistema federal de ensino técnico deverá atender aproximadamente a 600 mil estudantes, proporcionando uma enorme oportunidade para pessoas que não têm nenhuma perspectiva de ascender ao nível superior e, portanto, de ingressar no mercado de trabalho profissional, o que demonstra o fato do abandono paradoxal. Tendo isso em vista, quais os fatores envolvidos nos índices da evasão escolar dos cursos técnicos do Instituto Federal Sudeste na cidade de Santos Dumont, Minas Gerais? Essa é a pergunta que se pretende responder com a presente pesquisa. Como objetivos de “Analisar os fatores envolvidos nos índices da evasão



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

escolar dos cursos técnicos do Instituto Federal Sudeste na cidade de Santos Dumont, Minas Gerais” e “Identificar o nível socioeconômico dos estudantes”.

2 Revisão de Literatura

A Construção de Política Pública Educacional dentre os diversos problemas que o sistema público de educação brasileiro atravessa há algumas décadas, observa-se que a repetência e a evasão escolar estão em crescente escala, e os motivos podem ser diversos.

Dentre eles, acredita-se que exista, quando se trata de evasão escolar, uma desmotivação do aluno perante um sistema de ensino que não acresce saberes na construção de seu conhecimento.

No entendimento de Lima (1932, p. 136), “política é a ciência moral normativa do governo da sociedade civil”, ao passo que Eckardt (1932, p. 14) a define como “conhecimento ou estudo das relações de regularidade e concordância dos fatos com os motivos que inspiram as lutas em torno do poder do Estado e entre os Estados”.

Já no que tange particularmente ao termo políticas públicas no âmbito da tomada de decisões em assuntos públicos, políticos e coletivos, Guareschi et al. (2004) a intitulam como sendo:

(...) conjunto de ações coletivas, voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa dar conta de determinada demanda, em diversas áreas. Expressa a transformação daquilo que é do âmbito privado em ações coletivas no espaço público. (GUARESCHI et al., 2004, p. 180).

Uma política pública visa, *a priori*, assegurar direitos e garantias fundamentais, mediante a utilização de recursos e bens públicos. A Realidade Social e a Política Educacional Brasileira de educar é realizar a mais bela e complexa arte da inteligência. É acreditar na vida, ter esperança no futuro, exatamente em uma sociedade que perdeu a capacidade de sonhar.

Refletir que talvez tenhamos nos esquecido, ao longo do tempo, de contar histórias, dos belos contos de fada, da bola de gude, do pião, de andar de mão dada, de partilhar crenças e valores. Infelizmente a realidade é que existem obstáculos entre o querer e o realizar com excelência esta função de educar (CURY, 2007, p. 9).

Segundo Somacal (2000), por exemplo, é enfático ao afirmar que “há problemas em nossas escolas que nos perseguem como um pesadelo”.

Não há como ignorá-los, nem fugir deles. Entre os pesadelos constantes está o fracasso escolar. Alguém dirá, mas está quantificado: altas porcentagens de repetentes, reprovados, defasados. O pesadelo é mais do que o que quantificamos. Podem cair as porcentagens, que ele nos persegue. O fracasso escolar passou a ser um fantasma, medo e obsessão



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

pedagógica e social. Um pretexto. Uma peneira que encobre realidades mais sérias. (SOMACAL, 2000, p. 10).

O relatório Delors (1999, p. 99) traz como um dos pilares da educação o aprender a ser. “A educação voltada para o desenvolvimento integral, assim como é entendida pela comissão que redigiu o relatório, compreende: ‘espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade’”.

Segundo Dullius (2008), o mundo da educação abarca conteúdos e processos históricos, culturais, pessoais e coletivos que se referem à iniciação das novas gerações nos processos humanizantes e contribui, em consequência, com o enriquecimento da humanidade, através de novas formas de vida, desenvolvendo aspectos mais centrais ou menos centrais do ser, agir e conviver.

A diferença individual e coletiva torna difícil uma clara percepção dos resultados desejados segundo ideais projetados. No entanto, o mundo da criança está cada vez mais distante desses conceitos científicos, e ao não haver relação entre o universo infantil e o da educação, o processo de ensino-aprendizagem torna-se dificultoso e incompreensível.

Como afirma Morin (2001, p. 61), “só existe objeto em relação a um sujeito - que observa, isola, define, pensa - e só há sujeito em relação a um meio objetivo - que lhe permite reconhecer-se, definir-se, pensar-se, mas também existir”.

A educação no século XXI, tanto no âmbito de sala de aula quanto no contexto social, permanece inerte, perpetuando a desconexão entre sujeito – o ser aluno - e objeto – o saber. Delors et al (2001) lembram que o ser humano não pode mais permanecer na condição de aparte das informações. À educação cabe fornecer os meios, os caminhos em um mundo complexo e em constante transformação – uma educação centralizada no conteudismo e na quantidade não é mais possível, uma vez que o saber é algo a ser adquirido no começo da vida e aproveitado infinitamente.

O Ensino Técnico Profissionalizante da educação é a base de toda formação humana. É o que fará do ser humano um ser atuante no espaço social. Assim, evidencia-se que o contexto relacional atuará significativamente no campo educacional.

Assegurar uma formação educacional efetiva é assegurar, ao mesmo tempo, o crescimento do país, pois avanços virão a partir de uma mão de obra estruturada e devidamente preparada para enfrentar todos os desafios necessários para o crescimento econômico e social, de modo a garantir qualidade de vida.

A Formação do SENAI e SENAC e os Referenciais Curriculares para a Educação Profissionalizante (MEC, 2000, p. 67-68) contam que “a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

primeira notícia de um esforço no sentido de oferecer formação profissional no Brasil ocorre em 1809 quando D. João VI, ainda príncipe regente, fundou o ‘Colégio das Fábricas’, após suspender o funcionamento das indústrias manufatureiras no Império”.

Apesar da criação das escolas profissionalizantes supracitadas, não havia ainda a formação devida de profissionais brasileiros, o que levou o país a recorrer, de acordo com dados da Revista Brasileira de História (REVISTA, 1983, p. 25) à mão de obra qualificada estrangeira para operar os maquinários das primeiras indústrias do país.

Como já era de se esperar, com duas culturas em choque, inconvenientes surgiram e “não havia repasse dos conhecimentos dos operários contratados para os operários brasileiros, o que ocasionava mais valorização da mão de obra estrangeira”. “Por outro lado, esses operários vindos de fora tinham suas ideias formadas sobre a relação capital e trabalho, o que, sob a ótica dos patrões, era motivo de conflitos trabalhistas.” (REVISTA, 1983, p. 25).

Dessa época até a Era Vargas muitas evoluções ocorreram e as exclusões sociais em vigor desde a República se mantiveram. Conforme explica Muller (s/d, p. 4), “na era Vargas, o ensino profissionalizante de cunho oficial ganhou um contorno mais definido devido às ações estatais visando à industrialização no país”.

A Profissionalização do Ensino Médio (Antigo 2º Grau) a Lei n.º 5.692/71 pretendia dar ao ensino médio a característica de terminalidade, através do ensino profissional, uma vez que os alunos do antigo ensino médio necessitavam cursar o ensino superior para obter sua habilidade profissional.

A profissionalização do ensino de 2.º grau foi a mais ambiciosa medida de política educacional do Brasil e também um dos seus maiores fracassos. Foi feito um grande trabalho de marketing, tendo como enfoque principal os cursos, as oportunidades de empregos e os salários, visando com isto à valorização do trabalho do técnico em comparação com os profissionais de nível superior. Por exemplo, um jornal do Rio de Janeiro editou um Caderno de Profissões, financiado por uma empresa distribuidora de petróleo e pela referida empresa jornalística. Esse caderno comentava sobre as profissões (oportunidades ocupacionais, cursos, salários) e era distribuído aos estudantes gratuitamente no estado do Rio. Eram publicadas entrevistas com administradores educacionais em jornais, divulgando boas oportunidades ocupacionais para técnicos, uma vez que “alguns ganhavam até mais do que um engenheiro” (CUNHA, 2005).

Os idealizadores dessa política educacional não levaram em consideração que os cursos superiores estão ligados à ascensão social, portanto a sua demanda não está ligada à eficiência ou não dos cursos de ensino médio. Isso ficou



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

evidenciado pela grande procura dos cursos superiores pelos alunos que concluíam os cursos profissionalizantes de nível médio, mesmo estando empregados em suas profissões, com excelentes salários.

Nosso governo da época tinha o plano de transformar o Brasil na potência da América Latina, seus planos se fundamentavam em um grande processo de industrialização, portanto era necessária a formação de uma quantidade significativa de técnicos. A Lei n.º 5692/71 determinava que as disciplinas profissionalizantes tivessem predominância no currículo do ensino de 2º grau, já que seu objetivo era dar aos alunos uma profissão.

O Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou o Parecer n.º 45/72, após cinco meses da promulgação da Lei n.º 5692/71, baseado nos estudos da Universidade do Trabalho de Minas Gerais (UTRAMIG) – que elaborou currículos para 52 especialidades técnicas de nível médio, sendo que 32 pertenciam ao setor industrial. Coube então ao CFE, com relação ao currículo do ensino de 2º grau, determinar para cada curso técnico: O núcleo comum; Os objetivos e amplitude das disciplinas; O mínimo das disciplinas para cada profissão.

A grande maioria dessas habilitações representava as especialidades oferecidas pelas escolas técnicas comerciais, industriais e agro técnicas (A profissionalização do ensino na Lei n.º 5692/71, p. 44 apud CUNHA, 2005). Com isso, as escolas técnicas federais tiveram de fazer convênios com essas escolas, para ministrar as disciplinas específicas do setor industrial.

Esses convênios eram legitimados pela própria Lei n.º 5.692/71, cujo texto era favorável à cooperação entre a montagem de centros interescolares e as escolas. Essa situação não agradou aos professores das referidas escolas industriais, pois houve o aumento da carga horária das disciplinas da parte especial, e as matérias propedêuticas tiveram sua carga diminuída nos locais onde ocorreram esses convênios. Além disso, em certos estados, foram utilizados os próprios alunos das escolas técnicas como professores da parte específica, provocando problemas disciplinares e pedagógicos (CUNHA, 2005).

A criação dos CEFETS e IFETS tendo em vista o fracasso em dar ao 2º grau um caráter terminativo, e a impossibilidade de oferecimento de vagas suficientes em universidades para atender à demanda social, o governo procurou reformar o ensino universitário, criando cursos de curta duração em escolas técnicas federais, para não atrair os alunos para os cursos de longa duração nas universidades. Isso favorecia, ao mesmo tempo, a necessidade do mercado de trabalho de profissionais com formação superior em determinadas áreas.

O Decreto 5.224, de 1º de outubro de 2004, organizou os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), instituições



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

especializadas na oferta de educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica. Tinham por finalidade formar e qualificar profissionais no âmbito da educação tecnológica, nos diferentes níveis e modalidades de ensino, para os diversos setores da economia, bem como realizar pesquisa aplicada e promover o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, especialmente de abrangência local e regional, oferecendo mecanismos para a educação continuada.

Através dessa mudança, deu-se prioridade aos cursos de graduação e pós-graduação, desviando-se do objetivo primeiro do governo: cursos técnicos em nível de ensino médio. Com receio que isso também pudesse acontecer com outros CEFET, o governo criou, em 24 de abril de 2007, o Decreto nº 6095, que estabeleceu diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.

Foi um período bastante marcante do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e seu Ministro da Educação Fernando Haddad, no sentido de ampliar a rede de cursos técnicos integrados e cursos superiores de tecnologia, Programas de Educação Profissional para Jovens e Adultos (PROEJA), bem como cursos de licenciatura para formação de professores e cursos plenos.

A criação do IF Sudeste MG, Campus Santos Dumont, o Campus Santos Dumont do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais foi gerado nas necessidades de investimentos no setor ferroviário brasileiro. O Instituto foi criado em 25 de fevereiro de 2010, após uma longa discussão iniciada em setembro de 2009, que envolveu a Secretaria Geral da Presidência, o Ministério da Educação, o Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, a Prefeitura da Cidade de Santos Dumont, o Centro Cívico Educação Profissional Santos Dumont (CEMEP), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) e a inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal e do Instituto de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Após vários meses de discussão, formalizando-se os objetivos do campus, ele foi criado para permitir que a cidade se consolidasse como uma referência no país, transformando-o em um centro nacional para a educação e desenvolvimento de tecnologias para a indústria ferroviária. As condições locais mostraram a forte tradição do município na área ferroviária, e o desenvolvimento nacional, a grande

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

necessidade de investimento neste setor e a escassez não só de profissionais da área, mas também de escolas especializadas. O Campus Santos Dumont pretendeu e pretende preencher essas lacunas.

O campus se estende por uma área de cerca de 30 metros quadrados, onde funcionavam a Escola Profissional Fernando Guimarães, a oficina da Rede Ferroviária Federal e o Centro Municipal de Educação Profissional (CEMEP) – uma educação profissional sempre voltada para a área de ferrovia, desde 1940.

A Evasão como uma Problemática Social e Pessoal tendo em vista que nenhum ser humano é incapaz de aprender nos moldes educacionais atuais, faz-se necessário, de fato, refletir acerca do que ocorre em meio ao fracasso escolar e concomitantemente da evasão escolar.

Discorrer sobre o tema evasão escolar nos cursos técnico-profissionalizantes torna-se um grande desafio, uma vez que, em total acordo com Machado e Moreira (2010, p. 2), “no ensino técnico brasileiro, a pesquisa sobre evasão escolar, é praticamente inexistente”.

No entanto, é possível tecer uma análise quanto a essa temática, a partir de observações empíricas e das leituras teóricas que ainda discorrem sobre o assunto.

Atualmente entende-se que múltiplos fatores externos podem repercutir no desempenho escolar dos estudantes, o que constitui um avanço da direção de uma compreensão mais ampla do problema. Dessa forma, torna-se mister indicar entre tais fatores que os problemas de ordem familiar e/ou social são de suma relevância para a ocorrência do fracasso escolar e o início do ciclo fracasso-frustração-evasão.

3 Metodologia

A linha metodológica que orientou esta pesquisa, o contexto no qual se desenvolveu, os participantes, os instrumentos que propiciaram a geração de dados, bem como os procedimentos de análise. Segundo Duarte e Furtado (2002), a pesquisa científica visa proporcionar uma sistemática e racional metodologia, sugerindo respostas para os problemas em questão.

Para Minayo (2008), a metodologia é a ferramenta mais apropriada para abordar a realidade, uma vez que é um conceito teórico, uma série de técnicas, permitindo a detenção da realidade e do potencial criativo do pesquisador.

O estudo em questão realizou-se nos cursos técnicos de nível médio em mecânica, eletrotécnica e transporte ferroviário - na modalidade concomitante/subsequente -, no Instituto



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Federal do Sudeste de Minas Gerais, Campus Santos Dumont. A modalidade concomitante/subsequente é prevista no Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do art. 36, e nos artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, revogados pela Lei 11.684, de 2 de junho de 2008, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Portanto, esses cursos do campus de Santos Dumont, da IF Sudeste MG, são oferecidos aos alunos que já tenham concluído ou estejam cursando o 2º ou 3º ano do ensino médio.

Esses cursos são gratuitos e oferecidos nos períodos vespertino e noturno; sendo os alunos escolhidos através de um processo seletivo realizado semestralmente, em que são exigidas competências e habilidades previstas para o ensino fundamental e para o 1º ano do ensino médio, nas três áreas de conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias.

A presente pesquisa esta baseada no modelo não experimental porque não tem em vista correlacionar ou manipular variáveis. Não será um experimento, mas um estudo sobre a percepção dos entrevistados sobre o objeto de estudo. Portanto, será de tipo descritivo, da modalidade estudo de caso. A abordagem será mista, porque lidará com dados descritivos quantificáveis e dados sobre opiniões dos respondentes. A abordagem mista, segundo Hernandez Sampieri (2010), da uma visão mais completa do objeto estudado, onde entram em análise números e porcentagens, assim como opiniões e ideias resultados de perguntas abertas. Os autores falam que essa abordagem ou método permite cruzar dados quantitativos com qualitativos, esta assim complementando aquela e juntos ajudam a ter uma ideia mais clara e completa do objeto em estudo.

O estudo foi centrado no campus do IF Sudeste MG, na cidade de Santos Dumont, tendo como referência os cursos técnicos de mecânica, eletrotécnica e transporte ferroviário, entre o período compreendido de 2010 até 2013.

O estudo se estendeu aos 196 alunos desses cursos, que configuraram sua população, sendo: 73 alunos das quatro turmas do técnico de mecânica; 48 alunos das quatro turmas do técnico de eletrotécnica; 75 alunos das quatro turmas do técnico em transporte ferroviário.

Para a elaboração do questionário o pesquisador se reuniu com o diretor de ensino do Instituto e com duas pedagogas: uma do CEMEP e outra do Instituto, com a psicóloga e a assistente social pertencentes ao Departamento de Assistência ao aluno do Instituto, com professores e alunos representantes das turmas dos cursos técnicos em questão. Após algumas reuniões e considerações, elaboraram-se as perguntas



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

que serviram de instrumento para a realização deste estudo.

Pretendeu-se, assim, ao longo deste estudo, identificar o perfil e o nível socioeconômico dos estudantes, a opinião destes sobre seu curso, e suas expectativas profissionais para o futuro, bem como a opinião dos mesmos acerca da estrutura, do corpo docente e da administração do Instituto, para que, com tais dados, fosse possível avaliar as causas da evasão escolar.

4 Resultados

À medida que se coletaram os questionários dos alunos foram-se inserindo as respostas em um software apropriado. Todos os dados foram agrupados, buscando identificar suas possíveis interpretações, de acordo com os passos descritos no questionário.

O procedimento de análise de dados, ainda que permeado pelas considerações teóricas e metodológicas, em dadas ocasiões transcorreu intuitivamente, como um resgate de experiências já vivenciadas no relacionamento do pesquisador com esses alunos, em sala de aula. Isso possibilitou o ato de silenciar, observar e refletir sobre as palavras registradas nos questionários e, nessa simbiose, buscar respostas, muitas já esperadas, outras tantas surpreendentes.

As diversas leituras dos dados gerados foram despertando uma interpretação particular, pois o pesquisador sempre procurou, amparado nas considerações teóricas, trazer à tona novos caminhos e novas possibilidades de compreensão acerca da evasão escolar nas escolas de ensino técnico.

Para a leitura dos dados pesquisados utilizou-se a técnica de análise descritiva que, segundo Werner e Frota, “tem como objetivo básico resumir e apresentar os resultados, de tal forma que possam ser interpretados de acordo com o objetivo da pesquisa e o tipo de variável. Esta análise serve para fornecer um panorama geral da situação [...]”.

Análise dos dados referentes à constatação da evasão escolar, inicialmente delineou-se o perfil dos alunos que ingressaram nos cursos técnicos de mecânica, eletrotécnica e de transporte ferroviário, a partir de suas características. Os dados analisados mostram pontos interessantes sobre o perfil dos alunos do IF Sudeste MG, Campus Santos Dumont, destacando o papel de uma instituição pública federal.

A quantidade de alunos matriculados entre 2006 e 2008, nos cursos técnicos de mecânica e de eletrotécnica, e quantos deles chegaram ao último período dos seus cursos, em 2008 a 2010, estão apresentados nas tabelas de 1 a 12, que mostram também que 9% dos alunos desistiram dos cursos no último período. É



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

necessário recordar que, para que os alunos tenham direito a receber o diploma e o reconhecimento pelos respectivos conselhos que regulamentam sua profissão, é necessária a realização do estágio. O gráfico 1 informa que 28% dos alunos desistiram no 1º módulo, 13% no 2º módulo, 9% no 3º módulo, e que a maior evasão está no curso de eletrotécnica.

5 Discussão

As políticas de educação profissional são de grande importância para o país, pois o conhecimento diferenciado prepara os alunos para trabalhar em posições nos principais setores da economia. Outro aspecto da importância desse tipo de política está relacionado com sua capacidade de combater a desigualdade, uma vez que foi concebido para beneficiar todos os segmentos do mercado de trabalho.

Por focar diretamente na produtividade da mão de obra, essa política de educação é fundamental para o crescimento econômico sustentável. O mercado de trabalho no Brasil carece muito de mão de obra qualificada. As áreas de mecânica e de eletrotécnica têm maior necessidade e seus cursos técnicos estão entre os mais procurados no país.

O governo federal tem investido maciçamente na educação profissional, devido à imensa necessidade de mão de obra especializada para atender à demanda do mercado de trabalho atual. A rede federal está sofrendo a maior expansão de sua história.

Mais uma vez, hoje, o governo brasileiro toma medidas emergenciais para tentar resolver a imensa necessidade de mão de obra qualificada para atender o mercado de trabalho, que passa por surpreendente aquecimento. O mesmo aconteceu na década de 70, no chamado “milagre econômico brasileiro”.

6 Referências

CURY, A. **Pais brilhantes, Professores fascinantes**, Rio de Janeiro, Sextante, 2007.

CUNHA, Luiz Antonio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Ed. Unesp/Brasília-DF: FLACSO, 2005.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DELORS, Jacques. **A educação para o século XXI – Questões e Perspectivas**. São Paulo: Artmed, 2001.

DUARTE, S. V.; FURTADO, M. S. V. **Manual para Elaboração de Monografias e Projetos de Pesquisa**. 3. ed. Montes Claros: Unimontes, 2002.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

DULLIUS, Paulo. **Espiritualidade e Afetividade na Educação**. Disponível em: http://www.abel.org.br/EPEL2008/palestras/Ir_Paulo_Espiritualidade.pdf. Acesso em: 8 out. 2011.

ECKARDT, Hans V. **Fundamentos de la política**. Barcelona: Editorial Labor, 1932.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2007.

GUARESCHI, N. et al. Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, M. N et al. **Violência, gênero e Políticas Públicas**. Porto alegre: Editora EDIPUCRS, 2004.

LIMA, A. A. **Política**. Petrópolis: Nova Editora. 1932.

MINAYO, M. C. S. et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes. 2008.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 2001.

MULLER, M. T. O SENAI e a Educação Profissionalizante no Brasil. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. 40, p. 189-211, dez. 2010. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art12_40.pdf. Acesso em: 8 jul. 2012.

OTRANTO, Célia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs. **Revista RETTA (PPGEA/UFRRJ)**, v. 1, n. 1, jan./jun. 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F; LUCIO, M. P. B. **Metodología de la investigación**. 4. ed. México: McGraw-Hill, 2010.

SOMACAL, Cláudia. **Caderno Temático da Constituinte Escolar**. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, 2000.